

# PATRIMÔNIO E SUJEITOS URBANOS

## Transformação social e o desafio para cidades sustentáveis

HERITAGE AND URBAN SUBJECTS

*Social transformation and the challenge for sustainable cities*

**Cleyton José de Sousa Ferreira<sup>1</sup>**

### Resumo

O patrimônio cultural arquitetônico não é apenas um acervo de bens históricos de valor afetivo, ele serve para formar pessoas. Neste sentido, é imprescindível estudar as dinâmicas da paisagem citadina, e como elas repercutem no processo de transformação dos sujeitos urbanos. A metodologia de estudo é a de revisão bibliográfica, partindo do estudo de autores renomados no campo das ciências humanas. O objetivo deste trabalho é elencar alguns pontos incontornáveis na preservação dos bens culturais arquitetônicos, propondo uma reflexão do seu papel para obtenção de uma cidade sustentável. Ao final das ponderações realizadas compreende-se que a tarefa está distante do seu melhor momento devido a pressão exercida pela especulação imobiliária, práticas políticas e dos sujeitos urbanos que, em grande medida, podem estar inconscientemente colocados em posição de distanciamento com sua história; pela perda dos referenciais mnemônicos outrora presentes na paisagem citadina.

Palavras-chave: patrimônio arquitetônico, história, cidade, sustentabilidade, transformação urbana.

### Abstract

*Architectural heritage is not only a collection of historical assets with emotional value, it also serves to shape people. In this sense, it is essential to study the dynamics of the cityscape and how they affect the process of transformation of urban subjects. The methodology of the study is a bibliographical review, based on the study of renowned authors in the field of human sciences, and photographs will be used to exemplify historical assets. The aim of this work is to list some unavoidable points in the conservation of architectural heritage, proposing a broad and critical reflection on their social role. At the end of these reflections, it is clear that the task is far from being the best, due to the pressure exerted by real estate speculation, political practices, and urban subjects who, to a large extent, may be unconsciously distancing themselves from their history due to the loss of mnemonic references once present in the cityscape.*

*Keywords: architectural heritage, history, city, sustainability, urban transformation.*

### Introdução

A expressão: Patrimônio Cultural Arquitetônico é utilizada para classificar os objetos materiais dignos de preservação por sua relevância histórica para uma determinada comunidade. Mais do que simples objetos antigos fora do seu contexto de produção, eles são elementos materiais históricos do processo de desenvolvimento urbanístico em uma localidade inseridos nos contextos de suas épocas de produção.

Portanto, a preservação destes acervos não é apenas um dever da administração pública, dependente da ação de tombamento, mas também um direito dos munícipes. Pois tem suas memórias vinculadas aos acontecimentos em torno destes bens culturais, algumas delas imprescindíveis para o estudo da história das famílias, comunidade, religião, cidade; enfim, o arcabouço cultural que formou sua identidade e sentimento de pertencimento com a cidade.

Muitas das edificações que compõem o Patrimônio Arquitetônico Cultural foram produzidas em períodos nos quais a influência cultural e financeira estrangeira, era o que movimentava em grande medida a economia nacional. A presença de europeus, por exemplo, que tentaram reproduzir nos sertões as linguagens arquitetônicas de seus Países de origem; tornam estas residências e imóveis um elemento étnico do período de colonização no Brasil.

O que não o isenta de ter sido produzido em grande medida com materiais brasileiros, por mãos de mestres construtores e trabalhadores brasileiros e, não obstante, serem artefatos que se tornaram brasileiros; por terem sido produzidos em solo do Brasil.

Neste artigo, discutiremos oito pontos de vista em defesa do Patrimônio Cultural Arquitetônico de uma cidade de maneira breve, porém, assertiva. Na tentativa de propor um debate em torno da necessidade e da importância destes acervos patrimoniais – contíguos ou não – para a história local, a memória dos habitantes, as identidades e o sentimento de pertencimento com a cidade.

As edificações históricas são vestígios históricos imprescindíveis para os historiadores urbanos, elas podem ser o ponto inicial da pesquisa que leva ao conhecimento de camadas da história da cidade até então desconhecidas pelos seus pares e pela comunidade como um todo. O processo de urbanização que ocorre em cidades específicas, escolhidas para serem centros culturais, políticos e econômicos do interior dos Estados; pode revelar que seus planejamentos de implementação foram sectaristas e pouco democráticos, considerando o período dos acontecimentos.

A arquitetura oitocentista brasileira teve vários movimentos convivendo e conflitando entre si até o período em que o modernismo na arquitetura começa a ser implementado e busca negar esse passado estético e cultural dos valores aristocráticos eurocentristas em nome da nova tendência arquitetônica que buscava criar valores nacionais a partir de sua edificação.

Este trabalho se insere no arcabouço de produções sobre o tema Patrimônio Cultural Arquitetônico que o autor tem se dedicado a compreender. Assim como, é um trabalho que produz uma satisfação pessoal por se tratar de um assunto que evoca as memórias urbanas de sua cidade natal, Garanhuns/PE.

<sup>1</sup> Professor Mestre em História, UFCG, ICOMOS, ANPUH-PE.

## A definição do patrimônio cultural arquitetônico

De um ponto de vista semântico, o termo **patrimônio** remete a conjunto de bens acumulados por alguém para serem legados; deixados como heranças. O que ela não estabelece é se há alguma aplicação estrita para o termo, ou se pode ser usado tanto para questões relacionadas a heranças familiares quanto para saberes, fazeres e produções coletivas de uma dada comunidade. Sendo assim, o termo carrega em si ambivalência de servir tanto a questões pessoais e do âmbito particular, quanto a bens culturais que guardam algum valor para a sociedade sem distinção.

As linguagens arquitetônicas centenárias que integram a paisagem citadina são exemplos de um patrimônio cultural que, apesar de servir a interesses e propósitos distintos. Por um lado, estão em domínio dos seus herdeiros consanguíneos; e, portanto, podendo ser comercializadas, demolidas, abandonadas e sujeitas à degradação urbana.

Por outro, servem como elementos históricos de uma sociedade que se formou em torno destas edificações, numa determinada temporalidade e nos informa a cultura que originou o núcleo urbano daquela localidade; e neste sentido, não poderiam ser/ estar sujeitas há nenhum tipo de especulação econômica. Pois é um elemento cultural daquela comunidade.

Ou seja, o Patrimônio Cultural Arquitetônico encontra-se em meio a uma disputa pela sua permanência ou não integrando esta paisagem. De um lado, seus proprietários por direito de herança reivindicam este poder para fazer deles o que bem entenderem; de outro, os setores intelectuais da sociedade tentam impedir que essas edificações sejam demolidas, pois segundo estes, elas representam a história da cidade aonde foram construídas. E, portanto, são fontes históricas imprescindíveis. Para Oliveira e Callai:

Proteger o patrimônio é manter vivas as marcas da história, assegurando a possibilidade de que as gerações futuras tomem conhecimento das manifestações produzidas socialmente ao longo do tempo, seja no campo das artes, nos modos de viver, nas crenças, lugares ou na paisagem da própria cidade, com seus atributos naturais, tangíveis e intangíveis (Oliveira e Callai, 2018, p.143).

Em outras palavras, a existência do patrimônio arquitetônico para compreender as relações de desenvolvimento urbano e de uma sociedade; é imprescindível. As informações contidas em sua arquitetura, bairro e nos saberes populares serão os dados iniciais que devem nortear os trabalhos dos cronistas memorialistas e outros estudiosos. Dialeticamente o Patrimônio Cultural Arquitetônico revela, porém, encobre informações sobre a história local; o historiador sabe disso.

Nas muitas vozes que são ouvidas durante as pesquisas patrimoniais arquitetônicas, outras tantas serão silenciadas. Daí a necessidade de ter o acervo preservado, para que estas vozes que num primeiro momento foram negligenciadas possam ter sua reparação feita pelos estudiosos do Patrimônio. O filósofo marxista Walter Benjamin escreveu que:

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. [...] Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs delas que não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém

na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso (Benjamin, 1994, p.223).

O Patrimônio Cultural Arquitetônico pode proporcionar sentimentos, afetos e sentimentos identitários e de pertencimento distintos para a coletividade. Quando alguém toma conhecimento da história de um bem cultural, basicamente há dois caminhos a serem seguidos pelo observador: a consideração ou a indiferença. Em ambos os casos, estas vivências produzem heterogeneidades afetivas que formam um complexo sistema de interações culturais que hora interagem entre si, hora são influenciadas pelos sistemas que também se estruturaram em torno dos seus lócusos.

No livro Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (2006) o Arquiteto Geraldo Gomes Serra escreveu que:

Um sistema é um conjunto de objetos, entendido como uma totalidade de eventos, pessoas ou ideias que interagem uns com os outros. Estão incluídos nessa definição os conceitos de 'conjunto' e de 'interação' e subjacente está a noção de 'processo', uma vez que a interação pressupõe sucessão de diferentes estados do sistema no tempo (Serra, 2006, p.70).

Para Oliveira e Callai:

O espaço urbano contemporâneo, destituído de várias edificações e conjuntos arquitetônicos, transformam-se em espaços heterogêneos que muitas vezes não valoriza os edifícios com relevância arquitetônica remanescentes (Oliveira e Callai, 2018, p.143).

Esta condição de objeto históricos ameaçado de desaparecimento do seu espaço original, faz dos bens culturais materiais, algo que reforça a importância de preservá-los transformando-os em Patrimônio Cultural daquela comunidade. Ainda que não resolva as questões relacionadas às contradições históricas que podem evidenciar, ao menos mantém o debate vivo; sobre a importância de manter acervos culturais preservados. Os estudos da história da cidade dependem deles. Segundo Oliveira e Callai:

As demolições relacionam-se principalmente com a perda da memória da evolução urbana e com o empobrecimento da ambiência que poderia ser mais diversa e rica. Estes fatores corroboram para seu futuro desaparecimento e indicam a necessidade imediata da preservação do que há, de ações de educação patrimonial e da conscientização da população quanto ao significado e importância dos prédios existentes como fator de identidade e pertencimento do cidadão com o seu local de origem (Oliveira e Callai, 2018, p.143).

Neste sentido, compreender o conceito de Patrimônio Cultural Arquitetônico é entender que sua existência transcende as simplistas questões referentes ao campo da economia, do embelezamento da paisagem urbana e reconecta o cidadão com sua história. Não obstante, é revelador dos processos formativos de sua comunidade e de como a cultura em sua região vem se transformando. O Patrimônio serve para preservar os saberes populares e as técnicas dos mestres, os discursos políticos, as mudanças econômicas e a formação social. Preservar, não é apenas um dever, mas um compromisso com as futuras gerações.

## A preservação da identidade cultural

O Patrimônio Cultural Arquitetônico é necessário para manter, até certo ponto, as identidades locais em debate. Não se pode pensar uma localidade heterogênea como uma cidade reificando apenas uma expressão das tantas identidades formativas dela. A cultura que constitui uma área urbana é muito diversa para ter apenas este ou aquele referencial cultural.

Portanto, estes objetos formativos do sistema cultural que compõem os saberes urbanos, podem servir como elo mnemônico que aporta o cidadão, no presente, com o passado da sociedade que ele vive. Não obstante, com os desdobramentos que se seguiram aos processos de transformações econômicas, políticas e sociais. A preservação do patrimônio é imprescindível para manter e ampliar o conhecimento acerca das histórias e memórias coletivas de uma determinada coletividade.

Para preservar esta identidade cultural de uma comunidade há uma série de desafios a serem superados. As instituições e os instrumentos legais nem sempre dão conta de promover estas conservações de maneira satisfatória. E nessas lacunas metodológicas, as demolições, descaracterizações, abandono e arruinamentos acontecem. Para Oliveira, Müller, Wildner e Lopes:

A degradação da arquitetura patrimonial é uma questão preocupante nas mais diversas possibilidades de análise. Mesmo sendo amparada por uma ampla legislação para sua preservação, na prática se observam falhas e morosidade no seu cumprimento, acarretando a perda de bens patrimoniais em função da ineficiência de fiscalização. A valorização do patrimônio arquitetônico e sua inserção no cotidiano dos cidadãos permite que tais edificações sejam percebidas, constituindo-se como parte integrante do passado e da história local. A identidade e o pertencimento de uma comunidade se efetivam ao passo que o campo afetivo se relaciona com o espaço físico cotidiano, isto é, a sociedade que experiencia em seu cotidiano a presença do patrimônio tem sua autoestima e seu pertencimento consolidados. (Oliveira, Müller, Wildner e Lopes, 2019, p. 585- 586).

Neste sentido, a presença de leis protecionistas federais, aliadas os programas de valorização da cultura estabelecidos pelos Governos Estaduais a jusante dos planos diretores (quando existem e estão atualizados) que contemplem esta dimensão do patrimônio são alguns dos mecanismos que podem promover a preservação destes bens históricos. Contudo, não é suficiente para mantê-los preservados *ad eternum*.

Pois, a dimensão de propriedade privada destes bens culturais, quando recebidos por direito de herança, passado entre gerações; podem se tornar empecilhos inclusive para o tombamento e a aplicação de diretrizes preservacionistas. O que pode tornar o bem cultural numa ruína pelo abandono e esquecimento por parte de seus proprietários. As mudanças ideológicas, o esclarecimento, o debate; podem determinar a resignificação da visão que se tem das edificações que um dia representaram o apogeu econômico de uma família. O que facilita o seu processo de apagamento na história por meio de sua demolição; ou seu esplendor reestabelecido por meio de trabalhos de revitalização. Numa sociedade que tem como um dos seus maiores ativos econômicos o turismo cultural, o Patrimônio pode ser um atrativo que gera empregos e renda para a sociedade em que ele está inserido. Há inúmeros casos de cidades brasileiras que transformaram seus acervos arquitetônicos centenários em atrativos turísticos, Salvador (BA), Ouro Preto (MG), São Luis (MA), Olinda (PE), São Cristóvão (SE), dentre outros. E nem sempre precisa ter a composição de um acervo, em muitos casos a visitação turística

se dá numa única edificação, isoladamente do seu contexto urbano, como um castelo, igreja ou casarão que virou museu.

Ribeiro e Simão afirmam que (2014, p. 3):

As características da cidade seja enquanto obra ou produto histórico tem relação estabelecida entre a transformação e manutenção de seu tecido urbano refletindo em condições específicas da sua materialidade como sua permanência; mas também estabelecem diálogos intrínsecos com sua significação, com a memória, com as disputas simbólicas que permeiam a produção do espaço a partir de sua representação e de suas relações de poder. Diversas contradições entre materialidade, símbolo, memória, objetividade, subjetividade e poder constroem o campo da preservação de patrimônio cultural urbano (Ribeiro e Simão, 2014, p. 3).

Por fim, no Brasil, a legislação imposta a todos os municípios estabelece que é seu dever (municipal) reconhecer, proteger, preservar os bens culturais representativos da história daquela sociedade. Cabendo as cidades criar planos diretores e pôr em prática diretrizes que de maneira efetiva a proteção do Patrimônio Cultural. Desenvolvendo políticas que possam servir à conservação e defesa destes bens patrimoniais visando não apenas a sua permanência, mas, igualmente, o desenvolvimento de sua condição de protegido da especulação imobiliária e do vandalismo.

## Educação e pesquisa

Estes acervos de edificações antigas, algumas centenárias, contíguas ou não, pode ter um atributo educativo para a sociedade que é preciso *a fortiori* ressaltá-lo: estudar e ensinar qualquer história pode se tornar mais eficaz quando referenciais estão nas mãos (ou diante) dos estudantes e professores. Portanto, a presença do Patrimônio na paisagem urbana proporciona aos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento desenvolver pesquisas utilizando-os como objeto destas. Áreas como Arquitetura, Urbanismo, História, Geografia, Sociologia, Turismo, Antropologia e até mesmo a literatura podem se valer dessas edificações históricas para produzir trabalhos.

Estes trabalhos por sua vez, precisam ser compartilhados, tornados de conhecimento público para que mais pessoas – e sobretudo as futuras gerações – possam compreender a importância destes acervos em sua cidade, e porquê preservá-los. Uma articulação entre as redes educacionais, com o auxílio das universidades e centros de pesquisa, pode tornar a educação patrimonial uma realidade. José Reginaldo dos Santos Gonçalves escreveu que:

[...] O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas (Gonçalves apud Abreu-Chagas; 2003).

A relevância do Patrimônio Cultural Arquitetônico para a formação de um imaginário urbano é imprescindível. Ainda que pesem contra estas formações desvios pequenos burgueses que levem o cidadão a reificar os senhores de escravos, latifundiários e grandes produtores rurais em detrimento daquele e daquelas que com suas vidas e trabalho, realmente construíram estas edificações naquele período.

Neste sentido, o Patrimônio é, para além de um elemento mnemônico da sociedade, uma forma de educar politicamente o cidadão. Constrói e desconstrói identidades, repara injustiças históricas, traz o cidadão invisibilizado para o centro do debate histórico; a mesma medida em que desempenham um papel vital na educação das futuras gerações. Ensinando a história local e, pelo encantamento, produzindo um sentimento de pertencimento e identificação com a cidade.

No livro Patrimônio Cultural, Realidade Viva o jurista e político português Guilherme D'Oliveira Martins escreveu que:

Trata-se, no fundo, de tentar entender a importância fundamental do valor acrescentado que as novas gerações somam e incorporam na realidade cultural dinâmica de que somos protagonistas, não como realidade autónoma ou de geração espontânea, mas como algo que se insere na afirmação histórica de uma humanidade que evolui através de sua ilimitada capacidade de contrariar os determinismos de um destino cego (Martins, 2020, p. 44).

Posto isso, é um dever compreender e ensinar que todo o acervo patrimonial cultural arquitetônico urbano contribui para a compreensão das dinâmicas formativas de uma cidade. Estando ele disposto de maneira contígua ou não. Considerando que as transformações, ainda que parte de um processo histórico natural dos elementos constitutivos destes bens (materiais de construção), implicam em ressignificações destes.

A preservação e a conservação dos bens patrimoniais históricos podem desempenhar um papel fundamental para revitalização da paisagem urbana. O geógrafo Milton Santos escrevera que:

Em realidade, a paisagem compreende dois elementos: 1. Os objetos naturais, que não são obra do homem nem jamais foram tocados por ele. 2. Os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano no passado, como presente. A paisagem nada tem de fixo, imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade (Santos, 2021, p.53-54).

A necessidade de conhecer a história de uma localidade pode fazer com que a preservação de acervos históricos seja uma necessidade atual da história. Os professores dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo podem levar os seus alunos para conhecer e estudar *in loco* quais eram os processos construtivos no século XIX, e início do século XX. Bem como, os estudantes da educação básica podem realizar visitas acompanhados de seus professores para estudar a história da cidade a partir de suas edificações históricas.

### Desenvolvimento econômico

Apesar dos defensores pragmáticos do Patrimônio Cultural Arquitetônico - aqueles que compreendem o Patrimônio pelos seus significados mais profundos – não receberem muito bem a perspectiva de desenvolvimento econômico atrelados aos bens históricos, não se pode negar que dentro de uma sociedade capitalista como a nossa, atribuir-lhes o aspecto de geração de receita, pode ser mais uma das formas de mantê-los

preservados pelos poderes público e privado.

Para visitar determinados espaços da Catedral de *Notre Dame* em *Paris*, o turista precisa pagar uma certa quantia. A simples entrada na Catedral é gratuita, porém para acessar suas torres, segundo o site Tudo sobre *Paris* os valores variam: “Adultos: € 7 ( US\$ 7,60). Jovens de 14 a 26 anos: € 5 ( US\$ 5,50). Menores de 14 anos: entrada gratuita”<sup>2</sup>.

Excetuando-se o fato de que aparentemente não há protestos por parte dos visitantes em pagar uma cifra tão alta para visitar uma Igreja – ainda que largamente incensada pela cultura - mostra que o passeio por uma rota patrimonial é possível. E pode ser muito interessante, educativo, barato e contribuir com a geração de empregos e reverter parte da arrecadação para a preservação do Patrimônio.

Em Pernambuco, o Instituto Ricardo Brennand cobra ingressos dos seus visitantes com direito a guias que vão explicando a história das peças do acervo. Para ver a maior coleção do mundo das peças de *Frans Post*, além de um rico acervo de armas, estátuas, pinturas, moedas e outros exemplares da cultura mundial o visitante desembolsa a quantia de:

De Terça-feira a Domingo Inteira: R\$ 50,00  
Meia\*: R\$ 25,00 \*Meia entrada  
Mediante documentação comprobatória \*Pessoas com deficiência, estudantes, professores e idosos acima de 60 anos  
Visita exclusiva com Educadores  
Horários: 13:30 | 15:30 (quinta-feira, sexta-feira e sábado)  
Investimento: R\$ 300,00 + ingresso individual (on-line ou na bilheteria local)  
Tempo de visita: duração de até 02h (duas horas)  
A visita contempla as exposições Coleção Ricardo Brennand (Pinacoteca e Castelo São João e Galeria)  
- Observações:  
Grupos com máximo de 15 integrantes.  
Em caso de atraso, o tempo de visita será descontado.  
O valor de R\$ 300,00 é para o acompanhamento do serviço educativo, sendo necessário adquirir o ingresso de cada membro do grupo (inteira ou meia) de modo on-line ou na bilheteria local.  
Dirigir-se a recepção para iniciar o acompanhamento com o educador, apresentando o comprovante do horário agendado para a visita<sup>3</sup>.

O mesmo pode dizer do Cristo Redentor, no Corcovado/RJ:

Os turistas que desejarem chegar ao Corcovado a pé e quiserem acessar o Cristo Redentor deverão pagar apenas o ingresso de acesso ao Cristo. Este bilhete é adquirido direto na bilheteria do Trem do Corcovado que fica no alto do Corcovado. Neste local, é realizada a venda da entrada cobrando apenas o valor de ingresso ao monumento e cuja tarifa é estabelecida pela União. Veja os preços ao lado: **Preços Para qualquer visitante:** R\$ 55,50 – alta

2 [https://www.tudosobreparis.com/catedral-notre-dame#:~:text=Adultos%3A%20%E2%82%AC%207%20\(%20US%24,Pass%20e%20Paris%20Museum%20Pass.](https://www.tudosobreparis.com/catedral-notre-dame#:~:text=Adultos%3A%20%E2%82%AC%207%20(%20US%24,Pass%20e%20Paris%20Museum%20Pass.) Acesso em 22/08/2024.

3 <https://www.institutoricardobrennand.org.br/index.php/horarioseingressos#:~:text=O%20valor%20de%20R%24%20300,line%20ou%20na%20bilheteria%20local.> Acesso em: 27/08/2024.

temporada, finais de semana e feriados; R\$ 30,50 – baixa temporada; Estudantes, PcD e ID Jovem: R\$ 30,50, na alta temporada / R\$ 18,00 na baixa temporada; Descida de trem: R\$ 33,50 (valor para qualquer pessoa)<sup>4</sup>.

Ou seja, quando não estamos falando da visitação paga de Patrimônios Culturais brasileiros ou estrangeiros, estamos falando de acervos patrimoniais, como é o caso do Instituto Ricardo Brennand.

Inúmeras cidades com um acervo patrimonial arquitetônico são atrativas de turistas, e isso contribuiu significativamente com o desenvolvimento econômico local. É possível, que surjam articulações com artesões, pintores, desenhistas, escultores que através de suas obras podem reproduzir em miniaturas os bens culturais arquitetônicos; outrossim, grupos de atores locais pode reencenar eventos que aconteceram com estas edificações históricas como palco. Além de fomentar a movimentação econômica da rede de hotelaria, cafés e restaurantes.

O Pesquisador Tiago Juliano no Dicionário Temático do Patrimônio (2020) ponderou que:

O turismo constrói, representa, apropria-se, faz uso, consome, transforma e ressignifica patrimônios. Todas essas possibilidades demonstram que patrimônio e turismo estão imbricados em processos de subjetividade e alteridade, que ganham contornos próprios no tempo contemporâneo a nós (Juliano APUD Carvalho e Meneguello, 2020, p.96).

E mais adiante:

Nesse contexto, uma rede de patrimônios oficialmente protegidos visava difundir a ideia de herança e responsabilidade coletiva pela identidade nacional, permitindo que o turismo emergisse como um método de educação pública, concorrendo para educar o olhar de indivíduos (moradores e visitantes) em torno de um conjunto de memórias selecionadas (Juliano APUD Carvalho e Meneguello, 2020, p. 96-97).

Os historiadores, na maioria das vezes, cultivam um ceticismo quando se coloca o patrimônio como uma categoria que possa ser utilizada como mercadoria, inserindo-a dentro da lógica do capitalismo; e tudo bem. O problema é que estes bens já estão sujeitos a esta lógica mercadológica, através da especulação imobiliária; independentemente de estarem ou não dentro de um esquema turístico local.

### Revitalização urbana

A presença de um Patrimônio Cultural Arquitetônico preservado pode ser o elemento central do argumento que leve os poderes constituídos a considerar a revitalização de espaços urbanos. Esta estratégia visa preservar e valorizar o legado histórico daquela comunidade e ao mesmo tempo requalificar os espaços públicos de convivência social. A existência de uma edificação centenária ou um acervo delas permite pensar na

<sup>4</sup> [https://parquenacionaldatijuca.rio/como-visitar-o-corcovado/#:~:text=R%24%2055%2C50%20%E2%80%93%20alta,50%20\(valor%20para%20qualquer%20pessoa\).](https://parquenacionaldatijuca.rio/como-visitar-o-corcovado/#:~:text=R%24%2055%2C50%20%E2%80%93%20alta,50%20(valor%20para%20qualquer%20pessoa).) Acesso em 27/08/2024.

transformação de áreas urbanas esquecidas ou degradadas em espaços funcionais e esplendorosos.

Desde que estas ações sejam feitas seguindo um cronograma redigido por um corpo técnico de especialistas em restauro, história, arquitetura e urbanismo; levando a incluir no uso cotidiano das cidades as edificações patrimoniais. Seus usos podem ir de residências, escritórios, museus, espaços culturais preservando suas características originais e ao mesmo tempo se inserindo nas demandas atuais da cidade e da própria edificação.

Para a Historiadora Françoise Choay:

Dar-lhe uma nova destinação é uma operação difícil e complexa, que não deve basear-se apenas em uma homologia com sua destinação original. Ela deve, antes de mais nada, levar em conta o estado material do edifício, o que requer uma avaliação do fluxo dos usuários potenciais (Choay, 2017, p. 219).

Note que o texto da historiadora apresenta um certo cuidado ao sugerir a possibilidade de reutilização da edificação histórica. Porém, das alternativas que se apresentam esta pode ser a mais eficaz neste processo de revitalização urbana. Preservar, não implica em apenas reutilizar o imóvel, mas também requalificar suas áreas adjacentes, criando para este um espaço de proteção que vai desde suas estruturas até o seu entorno.

É neste ponto que o paisagismo dentro da urbanização entra como uma forma de requalificar estes espaços que se desenvolveram originalmente a partir do imóvel histórico. A Carta Patrimonial de Veneza, um documento internacional contendo diretrizes e recomendações para revitalização, requalificação e reutilização desse conjunto patrimonial (sítio): Edificação histórica e área em seu entorno; traz a seguinte ponderação:

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (Carta de Veneza, 1964, p.1).

A revitalização urbana começa com o tratamento de valorização dos bens materiais históricos (ou não) que compõe aqueles logradouros. Estamos falando de praças, jardins, canteiros, boulevards e as fachadas das antigas edificações; representativas do processo de urbanização que ocorrera naquele recorte espacial.

Requalificar os espaços urbanos, e seus respectivos acervos históricos, desde que respeitem sua estética não é só parte de um processo de embelezamento da cidade, mas um investimento na qualidade de vida proporcionada aos moradores.

Partindo desta premissa, o geógrafo francês *Bernard Kayser* estipula que a revitalização do espaço urbano, inserindo-se a este o Patrimônio Cultural Arquitetônico, deve antes de qualquer coisa buscar quais benefícios a população poderá ter com a realização deste processo. Dirá o Geógrafo:

O restauro de uma pequena igreja, de uma quinta, a renovação de uma praça da aldeia só farão sentido se provocarem um afluxo

turístico, ou podem ser realizados para o simples prazer, para a cultura dos habitantes? Porque uma das componentes principais da cultura é o ambiente cotidiano, que é agora, para quase toda gente, o patrimônio arquitetônico. A qualidade estética desse ambiente eleva o nível cultural dos habitantes (Kayser, 1994, p.4-5).

É possível citar como exemplo de sucesso deste processo de revitalização urbana a partir dos bens culturais imóveis, o centro histórico da cidade de Salvador, na Bahia. O bairro do pelourinho fora revitalizado nos anos 90, mantendo o foco na restauração das edificações históricas de arquitetura colonial. Atualmente, conta com uma significativa melhoria infraestrutural que é capaz de promover e comportar diversas atividades culturais o que resulta, para além da ampliação da sua condição turística, a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores.

Portanto, esta revitalização urbana quando centrada na preservação e conservação do Patrimônio Cultural Arquitetônico e suas áreas adjacentes, se bem planejada e executada com a devida responsabilidade pode alcançar resultados de desenvolvimento urbanístico que respeite e valorize este legado cultural ao mesmo passo que atende as necessidades modernas. Talvez, o caminho esteja em encontrar o equilíbrio entre preservação e revitalização, conclamando a comunidade e garantindo que os benefícios resultantes serão amplamente distribuídos.

#### Qualidade de vida

Atualmente a expressão qualidade de vida designa um conjunto de decisões, ações e escolhas tomadas por homens e mulheres, que se seguidas com disciplina ideal, é possível obtê-la e gozar dos seus benefícios a longo prazo. Portanto, quando se fala em qualidade de vida, imagina-se um séquito de pessoas indo a parques ou praças para realizar sua ginástica cotidiana, fazendo dieta *low-carb*, indo dormir cedo, bebendo muita água e se alimentando principalmente de frutas e verduras.

É bem verdade que esse cenário descrito acima tenha de fato algum resultado para determinado quantitativo de pessoas, ainda que os custos para os manter as vezes seja maior que os resultados apresentados, e disto resulte em mais uma frustração ao invés de qualificação de vida. No entanto, o objetivo deste subitem é discutir como o Patrimônio Cultural Arquitetônico pode proporcionar qualidade de vida para os cidadãos. A relação da discussão que se segue com a anterior, é que em ambas, qualidade de vida significa idealizações.

A especialista em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural, Daniela Bobsin (2005) escreveu que:

(...) Qualidade de vida é um ideal, o que implica no fato de nunca ser plenamente conquistada. Quando uma comunidade chega num certo patamar de qualidade de vida, certamente outros objetivos e necessidades aparecerão, pois a cultura é uma esfera caracterizada por seu dinamismo e os valores mudam. Assim, não se pode falar que certo local atingiu uma qualidade de vida, mas que melhorou sua qualidade de vida (Bobsin, 2005, p.10).

Neste sentido, o Patrimônio, inserido em espaços bem cuidados, que promovam um sentimento de pertencimento, sejam reveladores de um passado cheio de memórias e recordações que aportem os seus espectadores a momentos inesquecíveis da história local, também é uma forma de lhe conferir qualidade de vida. A memória dos laços

afetivos que podem ser proporcionados pelo Patrimônio cultural, é significativa para o bem estar da sua comunidade.

Os ambientes proporcionados pelo Patrimônio Cultural Arquitetônico bem preservado e que recebam cuidados periodicamente, se tornam lugares agradáveis aos seus visitantes. Criam um senso de comunidade, fazendo até com que os moradores se empenhem em preservar aquele espaço; pois trata-se de algo que carrega uma importância histórica para eles. Segundo Bobsin:

Para os turistas e outras pessoas de fora as construções dos locais visitados, são símbolos com menor densidade de significados. Na maioria das vezes representa, uma bela paisagem, um local diferente, um ambiente agradável, ou despertam uma lembrança de algum outro lugar. Para os moradores esses mesmos lugares ou construções são densamente carregados de significados, representam seu espaço vivido. Uma praça pode ter sido o lugar de importantes manifestações cívicas na história local, pode ter sido significativa na infância de muitos moradores, que quando crianças brincavam em suas árvores ou quando jovens namoravam em seus bancos; uma igreja pode representar o lugar de união de muitos casais ou o lugar de despedida de entes queridos (Bobsin, 2005, p.16).

É preciso ressaltar, antes de tudo, que por qualidade de vida o texto aqui se refere à possibilidade de harmonia entre a comunidade, seu ambiente urbano, as expressões culturais; inseridos dentro de um contexto político, econômico e social. E que estejam coadunados com os valores que permeiam suas épocas. Para Bobsin:

Ao beneficiar primeiro os autóctones, a valorização acaba por redundar numa melhoria da qualidade de vida das pessoas do lugar. Entendemos aqui, por qualidade de vida a possibilidade de determinada comunidade de viver em condições - ambientais, culturais, econômicas e sociais - consideradas ideais de acordo com seus próprios valores. Neste sentido, qualidade de vida é uma categoria cultural, pois os valores de uma comunidade são determinados por sua cultura (Bobsin, 2005, p.9).

O patrimônio histórico também contribui para a qualidade de vida dos residentes. Edifícios históricos e áreas preservadas oferecem um ambiente estético agradável e criam um senso de comunidade e pertencimento. Eles frequentemente proporcionam espaços públicos e culturais que são utilizados para eventos, festivais e encontros sociais.

#### Sustentabilidade

A reutilização de edificações históricas presentes no ambiente urbano pode ser uma forma de torna-lo sustentável. Como foi discutido anteriormente, a revitalização dos bens culturais materiais representativos da história de uma sociedade, pode evitar, além da perda irresponsável dos seus referenciais; uma reconfiguração urbana degradante ao sítio histórico.

Em seu processo de conservação há maneiras de manter a composição do acervo histórico urbano necessário ao imaginário da coletividade de maneira sustentável. O arquiteto e urbanista Júlio César Pereira escreveu que: "Sustentabilidade, a priori, tem a ver com sustentável, com aquilo que é durável, que se sustenta por muito tempo."

(Pereira, 2018, p.4). Ou seja, a criação de uma estratégia de reutilização dos Patrimônio Cultural Arquitetônico que respeite sua condição histórica, importância para a memória local, seu valor artístico e o direito a salvaguarda da memória para as futuras gerações.

No sentido oposto a esta postura, seu abandono pode ocasionar a proliferação de pragas e animais peçonhentos que poderão se utilizar das dependências abandonadas para se abrigar e se reproduzir. Não obstante, a demolição destes imóveis pode comprometer a rede de esgotos, distribuição de água, eletricidade e o paisagismo que é um dos atrativos turísticos da cidade. Ferreira (2024) dirá que:

Preservar é também uma forma de política ambiental, no sentido de que uma edificação - além de compor o ambiente urbano - se encontrando em risco de desabamento oferece perigo para os sistemas de escoamento de águas, eletricidade; para as edificações em torno e para os cidadãos que diuturnamente estão diante desses imóveis de valor histórico (Ferreira, 2024, p.128).

Neste sentido, preservar edifícios antigos pode sair mais barato aos cofres públicos e privados do que demolir e reconstruir novas instalações prediais. Os avanços tecnológicos e científico dos quais podem lançar mão a Arquitetura, Engenharia, Urbanismo e outras áreas da construção civil, podem preparar estas edificações para sua reutilização segura. Reduz-se o impacto no ambiente e pode ainda servir como fonte de empregabilidade e renda para a população local. Nas atas do Encontro De Especialistas em Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável que se realizou em Ouro Preto/MG ano de 2012, traz o seguinte trecho:

Sistemas de gestão para a proteção de sítios considerados como Patrimônio Mundial devem assegurar a viabilidade financeira e a sustentabilidade de sua gestão, a longo prazo, por meio de recursos econômicos adequados. Ao mesmo tempo, devem buscar garantir que sejam aproveitadas todas as oportunidades de oferecer às comunidades Ata da Reunião Consultiva de Especialistas em locais o mais alto nível de benefícios em termos de bem-estar social e oportunidades de renda, preservando ou restaurando o Valor Universal Excepcional do sítio (2012, p.34).

O Patrimônio Cultural Arquitetônico integrado de maneira sustentável ao ambiente urbano, podem promover não apenas a manutenção do próprio espaço urbano histórico, mas iniciar uma cultura de reconhecimento dos espaços históricos da cidade. Levando a educação patrimonial a jusante dos processos de sustentabilidade das edificações históricas. Pereira (2018) dirá que:

A sustentabilidade é uma mudança cultural em que o novo paradigma é um novo modelo de desenvolvimento. Ela tem como características ser um sistema aberto e complexo. A busca por soluções para sustentabilidade deve acontecer de forma inventiva, criativa e dialética. É nítido que o tema da sustentabilidade, com destaque para as edificações históricas, vem ganhando abrangência no contexto global e tem um peso certamente crescente e determinante para a concepção da arquitetura e do ambiente construído como um todo (Pereira, 2018, p.08).

Criação de leis específicas, porém articuladas com o plano diretor da cidade e as leis ambientais, a participação da comunidade; para o uso sustentável dessas edificações históricas podem se tornar uma medida eficaz de preservação dos imóveis históricos

e da paisagem urbana de uma localidade. Mas é preciso ter cuidado, nem sempre os processos de reutilização destes espaços garantem sua preservação ou conservação de maneira satisfatória. Sobre este aspecto, Julio César Pereira escreveu:

Os princípios fundamentais da sustentabilidade incluem o desenvolvimento de uma maior compreensão do ambiente histórico, uma maior participação do público, mantendo nossas atividades para níveis que não danifiquem permanentemente o ambiente histórico, e garantir que as decisões sobre o ambiente histórico sejam feitas com base na melhor informação possível (Pereira, 2018, p.5).

### Desafios e equilíbrio

Em que pese o fato de haverem vantagens no processo de preservação de um Patrimônio Cultural Arquitetônico, esta ação pode apresentar desafios. Na maioria das cidades as edificações novas não mantêm uma relação harmoniosa com as edificações antigas. Neste sentido, a ameaça aos bens culturais é uma constante. A historiadora Kátia Bogéa, que já foi Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em entrevista respondendo a um questionamento sobre tais conflitos respondeu que:

Essas ameaças vão desde a banalização de elementos sagrados de determinados grupos culturais devido à sua utilização indiscriminada como “símbolo étnico” em produtos comerciais voltados para turistas e visitantes (processos comumente denominados como “folclorização” da prática cultural) até a pressão mercadológica sobre formas de produção tradicionalmente voltadas para o atendimento de escalas locais ou regionais e que, em contextos de modernização, passaram a ser impactadas pelas demandas de um mercado que opera a partir da lógica industrial (Bogéa apud Junior e Gosciola, 2018, p.6).

Encontrar o ponto de equilíbrio entre ter um acervo histórico com seu entorno preservado e um desenvolvimento econômico a partir do turismo – que tanto deseja estes espaços – não é uma tarefa simples e as vezes requer a intervenção do Poder Executivo Municipal.

Ferreira (2024) dirá que:

Produzir um acervo iconográfico destacando a condição atual deste Patrimônio Cultural Arquitetônico Eclético e concomitantemente realizar reflexões que possam contribuir com sua preservação, é um passo inicial de um processo de problematização desta questão histórica. Mas o acervo não encerra as atividades em busca da salvaguarda destes bens culturais (Ferreira, 2024, p.126).

Porém, é preciso mais que um catálogo iconográfico amplamente preenchido com informações possíveis e disponíveis sobre este Patrimônio Cultural Arquitetônico para que o desafio de preservar sua memória comece a ser enfrentado.

Incluir a comunidade neste debate, sensibilizar os órgãos municipais responsáveis pela salvaguarda da cultura local, notificar o IPHAN sobre a presença de um acervo de bens materiais que necessitam de cuidados; além da realização de oficinas e palestras sobre o tema junto a escolas, organizações da sociedade civil e, não obstante, unir

em torno desta temática os Cursos de Arquitetura, Urbanismo, Turismo, História, Engenharia, Geografia, Antropologia, Educação e outras áreas do conhecimento que possam contribuir no enfrentamento à perda dos referenciais históricos Patrimoniais Arquitetônicos. Segundo Bogéa:

Objetivo da salvaguarda de bens registrados é construir meios para a política participativa dos atores sociais diretamente envolvidos na produção e reprodução do bem cultural em questão (detentores) e as instituições parceiras. Trata-se de política orientada para aumentar a participação democrática dos detentores dos bens culturais na formulação, planejamento, execução e no acompanhamento de políticas de preservação do patrimônio cultural e, com isso, promover o alcance da sustentabilidade cultural dos Patrimônios Culturais do Brasil. Buscam-se desenvolver programas e projetos que tenham sido formulados com a participação efetiva dos segmentos sociais diretamente envolvidos com o bem cultural registrado, articulando instituições privadas com entes governamentais municipais e estaduais (Bogéa apud Junio e Gosciola, 2018, p.5).

Outro desafio, já colocado neste texto, mas que vale a pena retornar a ele, é a busca do equilíbrio entre as edificações históricas e as edificações contemporâneas. Modernizar é uma necessidade do desenvolvimento urbano, mas preservar é uma necessidade que atende os anseios da memória humana. A maioria das cidades europeias que por tanto tempo serviram de referenciais culturais ao nosso País, destruíram seu Patrimônio Cultural Arquitetônico em benefício do capitalismo. O jurista e político português Guilherme d'Oliveira Martins, escreveu em seu livro Patrimônio Cultural – Realidade Viva (2020):

O Patrimônio cultural é visto como um valor e um recurso que tanto serve o desenvolvimento humano em geral, quanto um modelo de desenvolvimento econômico e social assente no uso durável dos recursos, respeito pela dignidade da pessoa humana, enquanto valor primordial ou valor-fonte de todos os demais valores (Martins, 2020, p.50).

Resumidamente, o Patrimônio Cultural Arquitetônico é uma necessidade para o estudo da história das cidades, e transcende o valor cultural – que não é pouco – impactando de maneira política, econômica e social numa determinada comunidade. O desafio de preservá-lo é grande, temos consciência disto, mas é preciso fazê-lo. Lutar pela sua integridade como se faz pela dignidade do habitante da cidade; afinal, ele é mais um. Este equilíbrio entre o novo e o antigo na arquitetura pode ser conseguido criando parcerias entre instituições que possam se beneficiar por meio de permutas com a contribuição solidária à manutenção destes bens. Além dos proventos pecuniários que ajudarão na restauração, a sensibilização na hora da ampliação de suas instalações. Para Kátia Bogéa:

O IPHAN ainda tem como desafio manter uma estrutura adequada para fortalecer a promoção dos bens registrados, inclusive atuando junto a outros órgãos cujas políticas públicas afetam as dinâmicas de bens culturais registrados. Outro desafio é estruturar política para o fomento à estruturação de Centros de Referência no território de ocorrência dos bens, espaços não apenas de difusão cultural, mas também de articulação dos detentores, que devem participar ativamente da gestão desses espaços (Bogéa apud Junio e Gosciola, 2018, p.6).

Uso de maquinário pesado pode corromper as estruturas das edificações vizinhas se não utilizados com cuidados. As fachadas de lojas e seus letreiros, evitar fazer com eles encubram as platibandas das edificações históricas. Isso ajuda a identificar possíveis rachaduras ou avarias que precisem ser cuidadas antes que evoluam para quadros de arruinamentos.

Para finalizar, ainda citando o Jurista e Político Português:

O monumento histórico, um lugar, de tradição têm de ser defendidos e preservados não só porque representam um sinal de presença de vida de quem nos antecedeu, mas também porque contribuem decisivamente para enriquecer a nossa vida e nossa existência – alimentando ainda os desejos de futuro (Martins, 2020, p.44).

## Conclusão

Por todos esses oito pontos discutidos - ainda que de maneira breve - acerca do Patrimônio Cultural Arquitetônico é que ele se torna imprescindível para compreender os processos históricos que deram origem aos espaços urbanos que hoje chamamos de cidade. E não apenas, ele é um legado histórico repleto de representatividades, algumas mais latentes, outras que necessitam serem trazidas à luz dos debates. Mais que isso, o Patrimônio Cultural Arquitetônico fala de futuro a partir do presente das sociedades.

Sua preservação e conservação é uma medida que pode servir para discutir as identidades locais, a cultura, envolver a educação, trazer desenvolvimento econômico e produzir sustentabilidade. Em nenhuma cidade de algum País “desenvolvido” o seu patrimônio cultural fora deixado de lado ou abandonado em prol das modernas tendências desenvolvimentistas contemporâneas. Eles sabem que preservar um patrimônio cultural é um investimento em um futuro de uma sociedade se não mais coesa, ao menos mais consciente de si mesmo e reivindicadora dos seus direitos enquanto povo.

Portanto, o Patrimônio Cultural Arquitetônico é um bem cultural inestimável que pode desempenhar funções diversas, porém, essenciais para a sociedade em que está inserido. Não servindo apenas como elo entre passado e o presente, mas permitindo que nos conheçamos no presente; e valorizemos aquilo que nos constitui enquanto uma comunidade.

É preciso ressaltar que a Arquitetura Histórica, seja ela de que estilo ou tendência estética for, além de ser um testemunho material dos saberes e técnicas construtivas do passado, tem um papel educativo no processo de explicar como mudanças ocorreram nesse processo. Fomenta, além de tudo a educação de novos construtores, engenheiros, arquitetos, urbanistas, paisagistas e tantos outros profissionais dedicados a compreensão do desenvolvimento urbano.

A preservação destes bens culturais não é apenas um mero capricho de manter a qualquer custo a estética e os valores dos períodos aristocráticos brasileiros, longe disso. Mas é proteger a possibilidade das vozes que foram silenciadas nesse processo de edificação, finalmente serem ouvidas. E quem sabe, até terem sua reparação histórica assegurada, pois afinal, são parte indissociável deste processo de produção de uma paisagem urbana através do seu trabalho.

Esta preservação contribui com a investigação e difusão dos saberes locais, muitas das peças e materiais utilizados nas edificações não eram produzidos no Brasil até 1920, como cerâmicas e outros adornos, então os mestres e pintores se encarregavam de produzir estes artefactos, artesanalmente para compor o conjunto de adorno que enfeitava os prédios que estamos defendendo neste artigo.

Não obstante, pode promover um turismo sustentável, revitalização urbana, processos educacionais, ambientes que promovam qualidade de vida, ou seja, transformar a cidade num ambiente agradável.

Investir na preservação e conservação de um acervo ou apenas uma edificação histórica, é um assumir um compromisso de salvaguarda da memória e da história urbana, assegurando que as futuras gerações terão referências diante de si quando se perguntarem os porquês da cidade. Além de poderem gozar dos benefícios de ter uma cidade que possa lhes oferecer espaços de convivência repletos de cultura e história, que somente esses acervos podem proporcionar.

Este esforço desafiador exige participação, compromisso, engajamento, reconhecimento e proteção de todos os setores da sociedade. Numa ação em conjunto que aproxime a população dos órgãos competentes e poderes público e privado, criando uma gestão democrática do patrimônio com a participação popular ao invés de apenas esperar por leis impostas pelos poderes legislativos.

#### Referências

ALVES, Heberton Fabrício Inocêncio. *Identidade, Patrimônio Cultural e Qualidade de Vida: O papel da administração municipal em Cristina - MG*. IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável Joinville - 2004.

BENJAMIN, W. *Teses sobre o conceito de História*. In: W. BENJAMIN, *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, p. 222-232, 1994.

BOBSIN, Daniela. *Patrimônio Histórico e Qualidade de Vida*. Santa Maria/RS, UFSM, Centro de Tecnologia, Curso de Especialização em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural, 2005.

CARTA DE VENEZA, *Cartas Patrimoniais*. Veneza/Itália, 1964, Consultado do Site do IPHAN.

CARVALHO, Aline e MENEGUELLO, Cristina (org.). *Dicionário Temático de Patrimônio*. Campinas/SP, Ed. UNICAMP, 2020.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 6ª edição, São Paulo: Estação Liberdade, Ed. UNESP, 2017.

FERREIRA, Cleyton José de Sousa. *O Patrimônio Eclético Arquitetônico de Garanhuns: Reflexões Sobre a sua Preservação*. Campina Grande/PB, Dissertação de Mestrado, 2024.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; IPHAN, 2003.

JÚNIOR, Urbano Lemos; GOSCIOLA, Vicente. Desafios e Possibilidades na Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, Uma conversa com Kátia Bogéa. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas/SP, v.12, n.1, Jul/2018.

MARTINS, Guilherme D'Oliveira. *Patrimônio Cultural Realidade Viva*. Lisboa/PT, Ed. Fundação Francisco Manuel dos Santos - FFMS, 2020.

OLIVEIRA, T. D. de; MÜLLER, J. T. R. V.; WILDNER, G. da S.; LOPES, C. E. J. Educação e Arquitetura: a educação patrimonial preservando o patrimônio arquitetônico. *Terr@Plural*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 577-588, 2019.

OLIVEIRA, Tarcísio Dorn de; CALLAI, Helena Copetti. Cidade e Arquitetura: (Re) Conhecer e Preservar através da Educação Patrimonial. Ribeirão Preto/SP, *Revista Plures Humanidades*, V.19, n.1, 2018.

Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável, *Atas do Encontro De Especialistas em Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável*. Ouro Preto/MG, 2012.

PEREIRA, Júlio César. *Sustentabilidade no Patrimônio Histórico nas Edificações revitalizadas*. Rio de Janeiro, 6ª Conferencia Sobre Patologia e Reabilitação de Edifícios - PARTORREB, POLI/UFRJ, 2018.

RIBEIRO, Cláudio Rezende; SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Relações e Contradições: Direito à Cidade e Patrimônio Urbano*. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. 4ª reimpressão, São Paulo, Ed. USP, 2021.

SERRA, Geraldo Gomes. *Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação*. São Paulo, Ed. EDUSP: Mandarim, 2006.